

LEROY, Noêmia Maria Inez Pereira. **O gatopardismo na educação** — reformar para não mudar: "o caso de Minas Gerais". Rio de Janeiro, Dois Pontos, 1 987, 1 68p.

O livro "O gatopardismo na educação", de Noêmia Leroy, tem por objetivo principal demonstrar como a administração educacional é orientada basicamente por critérios burgueses, que refletem os interesses da classe dominante, e como as grandes reformas do setor educacional voltadas para a modernização do ensino mostram, ainda, seu caráter conservador, apesar de aparentemente transformadoras.

Inicialmente, Leroy explica a expressão "gatopardismo", que teve sua origem no romance **Il Gattopardo**, de Giuseppe Tomasi, em que o autor faz uma síntese de sua experiência humana e, num "misto de biografia, história e ficção", descreve as articulações das elites italianas que, no processo de unificação da Itália, apoiavam as mudanças formais com o intuito de conservar substancialmente o status quo.

Com base neste fato, a autora, utilizando-se de uma pesquisa participante (o caso de Minas), fez um estudo analógico da nossa realidade educacional brasileira, mostrando que as reformas ocorridas na área da educação constituem também uma história que se aproxima do **Il Gattopardo**. É um pouco dessa história que Noêmia procura contar neste livro, compreendendo as seguintes partes:

- 1ª) uma introdução geral sobre o âmbito da problemática e uma perspectiva teórica;
- 2ª) a administração do ensino de 1º grau — o caso de Minas Gerais (período de 1930a 1974);
- 3ª) desvendando os tramas do poder na administração educacional;

4?) conclusão: das questões básicas do trabalho ao horizonte de uma nova problemática.

Na primeira parte, introdutória, a autora traça um perfil do trabalho (resultado da dissertação de mestrado em educação — FGV/RJ), mostrando com objetividade os fenômenos da irrelevância da educação como geradora de uma consciência crítica e via de acesso universal ao saber; manipulação política que se verifica no sistema educacional e como a administração educacional é comandada basicamente por critérios políticos, que refletem os interesses da classe dirigente.

Para refletir melhor sobre estes fenômenos desafiantes, a pesquisadora escolheu para campo de pesquisa a 4ª DRE (4ª Delegacia Regional de Ensino — Caratinga-MG). Assim, ao fazer uma reconstrução histórica da administração do ensino em Minas Gerais, Leroy registra a exatidão de sua hipótese de que "a administração pública encarregada de realizar uma proposta educacional do Estado é comandada por critérios políticos que, em última instância, refletem os interesses dominantes. A racionalidade técnico-administrativa é utilizada para permitir a manipulação do sistema educacional".

A autora procura fundamentar esta hipótese a partir de uma concepção de Estado — o Estado capitalista — que, como expressão de uma sociedade de classes, tem nesta seu ponto de referência. Por isso, a dinâmica da sociedade de c/asses é permeada por contradições próprias das relações sociais que se estabelecem em seu interior, entre c/asses antagônicas. Surgem daí as mediações político-ideológicas, cujos portadores são as classes sociais"... Portanto, o quadro teórico em que fundamenta sua hipótese foi construído de modo a abarcar alguns dos elementos indispensáveis à compreensão dessas relações sociais.

Esta hipótese foi comprovada por meio da análise empírica dos interesses que determinaram a estrutura administrativa das Delegacias Regionais de Ensino (71- 74) e dos procedimentos, através dos quais setores da classe dominante manipulam o sistema estadual de ensino, para ampliar sua influência como grupo político e perpetuar-se no poder. Para chegar a esta conclusão, a pesquisadora fez um estudo da organização administrativa desse sistema a partir de 1930, com a utilização da documentação existente.

Ainda no âmbito da problemática, a autora questiona as modalidades do uso privilegiado do sistema educacional pela classe dirigente, através dos quais opera a dominação e a exploração, fruto do sistema capitalista. Surge, ainda, outra hipótese: a de que existe uma hegemonia ideológica, ou se/a, a dominação que se realiza através das organizações administrativas da educação.

Leroy afirma que, embora não pretendesse elaborar um quadro teórico, sentiu a necessidade de fazê-lo, em virtude do embasamento de suas indagações. Por isso, com a leitura de Gramsci (1980) e O'Donnell (1981), foi possível uma melhor compreensão da sua experiência e/ou estudo de caso, em Minas Gerais. Nesta perspectiva teórica, a autora considera que estes dois cientistas (Gramsci e O'Donnell) foram decisivos na formulação dos pressupostos teórica de seu trabalho, quando afirma que "sem a análise teórica de Gramsci, teria sido impossível entender a ação do Estado enquanto poder político e sua influência nas transformações sociais. "

A autora esclarece, ainda, que a estrutura da sociedade capitalista requer a criação de recursos que garantam a sua sobrevivência. Neste aspecto, por exemplo, o trabalhador é visto como livre para vender sua força de trabalho, assim como o capitalista é livre para comprá-la. Essa aparência de sujeitos livres e iguais que se dá no plano econômico deve encontrar o equivalente no plano político. Por outro lado, os limites de atuação de uma e de outra parte (capitalista e trabalhador assalariado), visam manter as relações sociais de produção, cerne da sociedade capitalista.

Assim, Leroy conclui que o poder de coerção do Estado origina-se da

própria estruturação da sociedade enquanto capitalista. Esta coerção é legitimada pela classe dominante, enquanto que a classe dominada, por não ter espírito crítico desenvolvido, deixa de questionar não só a coerção, como também sua base de sustentação.

Na segunda parte, a pesquisadora retoma a história da administração do ensino de 1º grau — "o caso de Minas Gerais" — compreendendo os anos 30 com uma breve referência ao período anterior — até os anos 70. Fica evidenciado que a administração educacional é comandada por critérios políticos e que refletem os interesses da classe dirigente.

Para uma compreensão mais clara dessa evolução, não só regional mas também nacional, a autora estabeleceu uma divisão em períodos coincidentes com as iniciativas mais relevantes em educação, especificamente em Minas Gerais.

Período anterior a 1930

Não existia uma política nacional de educação. As reformas realizadas pelos Estados da Federação foram isoladas e de forma fragmentada.

Período de 1930 a 1964

Em 1930, o governo provisório criou o Ministério da Educação e Saúde, já uma iniciativa da organização administrativa de ensino a nível nacional.

*Com a Constituição de 1934, a **obrigatoriedade e gratuidade** do ensino primário foram colocadas pela primeira vez, sem diretrizes estabelecidas. Esses princípios só foram consagrados na Constituição de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Primário), quando se estabeleceram diretrizes para o ensino nacional.*

Só em 1950 é que a administração do ensino começou de fato a ser organizado como exigência da Constituição de 1946, principalmente com a criação do Conselho Escolar, que era composto da elite local (Prefeito, Juiz e Vigário).

Leroy mostra o desdobramento da estrutura administrativa do ensino primário no Estado de Minas (de 1950 a 1964). O novo Código do Ensino Primário só foi aprovado em 1962, juntamente com as Delegacias Regionais, cuja estrutura só foi efetuada em 1964. Nesse contexto deu-se, também, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional (Lei nº 4.024/61). Nessa ocasião a oferta educacional já era explorada nas campanhas eleitorais. "Os políticos à cata de votos prometem escolas por todos os recantos do país (...) Desta forma foram construídas escolas em muitos pontos do Brasil, sem que houvesse a mínima preocupação com a qualidade do ensino oferecido ou com a formação dos professores. "A obrigatoriedade do ensino não recebeu na Lei nº 4.024/61 (LDB) o tratamento que se esperava.

Leroy esclarece que foi nesse período que as manifestações da sociedade já exigiam uma Reforma da Educação Brasileira. Assim é que "surgiram naquela época iniciativas que visavam atingir as camadas populares. Por exemplo: em torno de Paulo Freire formaram-se grupos de trabalho, para a aplicação do novo método de alfabetização (...), cujo alvo principal é desencadear, através de aprendizagem de técnicas da leitura e escrita, o processo de libertação."

Período de 1964 a 1974

Foi nesse período que surgiu a Reforma Administrativa, preconizada pelo Decreto-Lei nº 200/67, cujas diretrizes foram estendidas aos estados e tinha como princípios básicos: a) planejamento; b) coordenação; c) descentralização; d) delegação de competência; e) controle.

O novo modelo indicava a educação como um dos recursos para seu sucesso.

Nesse período foram realizadas as Reformas Universitária (Lei nº 5.540/68) e a do Ensino de 1º e 2º graus (Lei nº 5.692/71), ambas calcadas no modelo burguês norte-americano.

No governo Rondon Pacheco (1971-1976), foi elaborado o Plano

Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social (PMDES), destinado à economia mineira como um todo. Para a área de educação, o PMDES definia as seguintes orientações:

- universalização do ensino, na faixa etária dos 7 aos 14 anos;
- redução do analfabetismo junto a adolescentes e adultos;
- formação de técnicos de nível médio, conjugada às necessidades ocupacionais do setor produtivo;
- busca da integração da unidade nacional à comunidade, através da escola-empresa;
- desenvolvimento da pesquisa, dando condições aos pesquisadores para a experimentação de modernas tecnologias no setor educacional;
- modernização da estrutura da Secretaria da Educação.

Para a implantação dessas orientações, foram considerados diversos aspectos: educação "como investimento", como "serviço social básico" e como "integração da unidade escolar à comunidade". No tocante à educação como investimento, opinou um dos entrevistados: "a visão de investimento não era uma idéia simplesmente econômica e sim uma idéia de que investindo em pessoas criar-se-ia uma boa sociedade". No que se refere à educação como "serviço sócio/básico", "seria a educação incluída na série de serviços que toda a população deve ter: saúde, moradia, vestuário e educação".

As DREs, esclarece Leroy, tornaram-se órgãos regionais de execução da Secretaria do Estado, prestando serviços de descentralização, mas por outro lado, permaneceram como setores de fiscalização policialesca e representaram, também, um eficiente recurso de dominação ideológica, baseado nos aparelhos ideológicos do Estado.

Na parte relativa ao desenvolvimento das tramas do poder da administração educacional, a autora mostra a ideologia propagada pelo grupo dirigente sobre as exigências da racionalidade técnica. Falta, entretanto, ver as contradições que emergem desse processo e como são percebidos pelos técnicos e usuários. O tipo ideológico da administração do ensino de 1º grau estava sustentado nos seguintes

pontos: 1) eficiência do ensino; 2) participação da comunidade; 3) descentralização administrativa.

Na conclusão sobre as questões básicas do trabalho, Leroy faz uma síntese dos capítulos 1 e 2, apontando a relação entre os pressupostos teóricos e a experiência vivida no estudo de caso na 4ª DRE/MG, sobretudo no que se refere às reformas administrativas educacionais, cujos resultados indicam sempre a manipulação da classe dominante.

A autora relembra, ainda, com propriedade, a repercussão do "I Congresso Mineiro de Educação", promovido no governo Tancredo Neves, MG, em que foi lançado um documento-base intitulado **Educação para Mudança**, que analisava os reflexos da crise econômica e social no processo educacional brasileiro. Esse documento afirma que o compromisso maior era com a "mudança" e que "a construção da democracia (...) implica também a mudança da prática política e pressupõe perspectivas novas, tanto na ação administrativa, como na participação da comunidade". Conclama todos os setores da sociedade e "profissionais da Educação de todos os níveis", no sentido de participarem de um processo de discussão ampla e aberta sobre questões da educação e a busca de soluções para seus problemas.

O I Congresso Mineiro de Educação realizou-se em três etapas, a primeira ao nível das escolas/municípios, seguindo-se a etapa regional e culminando na estadual, em observância aos objetivos fundamentais:

- realizar um diagnóstico da situação educacional de Minas Gerais com o concurso de professores, alunos, pais, servidores e elementos da comunidade;
- conhecer propostas pedagógicas em desenvolvimento nas escolas e que abrangessem desde a alfabetização até a administração, incluindo a pré-escola e todos os níveis de ensino;
- sistematizar as propostas das várias categorias para o estabelecimento de uma política de educação para a sociedade brasileira.

Leroy focaliza, também alguns questionamentos sobre a educação escolar nesse novo período de renovação, manifestando a espe-

rança de que a nova escola, ao lado da transmissão do saber, capacite o educando para o exercício da cidadania, dando-lhe, assim, condições de compreender e transformar a realidade em que vive.

Finalmente, a autora aponta os avanços desse Congresso em que foram estabelecidos os fundamentos para uma política educacional mineira. Concluiu-se que a escola pública precisa ser colocada de maneira universal, para atendimento, em particular, da população marginalizada. Este é um direito pelo qual se tem que lutar em nome do princípio da **universalização do ensino básico**.

Leroy esclarece, ainda, que as reformas educacionais não têm produzido mudanças substanciais como esperava, em virtude dos seguintes motivos: a) o poder não tem realmente mudado de mão; b) os novos intelectuais do sistema educacional não encontraram um interlocutor coletivo, para reforçar suas propostas; c) a grande maioria dos técnicos são ainda tradicionalmente ligados à classe dominante e/ou imbuídos de uma visão tecnicista; d) há ausência de uma prática democrática que impede as pessoas de serem capazes de encaminhar propostas e ocuparem espaço. Sobre este aspecto, propõe Leroy: "se queremos realmente reformar o conjunto do sistema educacional, impõe-se uma ampliação da dinâmica do colegiado (...) Este é, a meu ver, o mínimo indispensável para que se faça alguma transformação no ensino, sem o que ele continuará a serviço da mesma dominação ideológica e manipulação político-partidária, apesar de uma nova roupagem.

Em suma, **O gatopardismo na educação**, de Noêmia Leroy, trata-se de um estudo histórico/crítico sobre as reformas administrativas no setor educacional, que, no seu entender, têm sido superficiais e conservadoras.

Por isso, especialistas na área de educação recomendam este livro, sobretudo àqueles que atuam em planejamento, política educacional, história da educação, sociologia da educação, economia da educação, fundamentos da educação, administração educacional e filosofia crítica da educação.

Samuel Aureliano da Silva